

**UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos
Pâmela Ramos Barbosa Nogueira**

Diversidade Cultural na Escola – Convivendo com as Diferenças

**BAEPENDI – MG
2022**

**UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos
Pâmela Ramos Barbosa Nogueira**

Diversidade Cultural na Escola – Convivendo com as Diferenças

**BAEPENDI – MG
2022**

RESUMO

Este trabalho intitulado, “Convivendo com a Diferença”.

Neste trabalho, o respeito à diversidade nas escolhas ultrapassa esse desafio do acesso, para relacioná-lo ao problema de permanência. Claro que nas escolas não é ensinado tudo, porém a dimensão educativa pode propiciar ao aluno o desenvolvimento de convivência e valores como solidariedade, democracia, permitindo o aprendizado de respeito ao outro reconhecendo as diferenças. Com base nesta questão, a pesquisa realizada tem como objetivo vivenciar processos de construção de ações que possibilitam valores como solidariedade, democracia, respeito, a escola pode ensinar a perceber as diferenças à diversidade. Concretizar essa intenção exigirá que os valores eleitos e a intenção de ensiná-los sejam explicitados para todos. Isso significa valorizar positivamente a cada capacidade de questionar e propor mudanças, buscando construir situações didáticas que potencializem tal capacidade e possibilitem o aprendizado de modo a utilizá-lo de forma consequente, responsável e eficaz.

Palavras-chave: Alunos- Educação

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central discutir a Diversidade Cultural na Escola intitulado como “Convivendo com as Diferenças”, um tema que considera a diversidade em sala de aula inclui explicitamente o ensino de valores e o desenvolvimento de atitudes no trabalho escolar, não significa, portanto, tomar como alvo, como instrumento e como medida da ação pedagógica o controle de comportamento dos alunos, mas sim interferir de forma permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes. Apesar de ser um trabalho complexo, é necessário acompanhar de forma cuidadosa o processo dos alunos para compreender suas práticas no contexto amplo do desenvolvimento moral e social.

Auxiliar o orientador educacional ao servir como mediadores para trabalharem a diversidade cultural, fazendo assim um trabalho de consciência e respeito a todos, identificando em documentos oficiais a orientação educacional, relacionando a aceitação das diferenças culturais, promovendo da igualdade com a política de respeito a diversidade cultural.

A escola não pode mudar a sociedade, mas pode direcionar os alunos para que a diversidade cultural seja vista com mais naturalidade.

1- AUXILIAR O ORIENTADOR EDUCACIONAL A TRABALHAR A DIVERSIDADE CULTURAL

A escola possui a vantagem de ser uma instituição social onde é possível o encontro de diferentes pessoas, sendo também um espaço sócio cultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diferentes. Nos, profissionais da educação somos profissionais da cultura, e não apenas de um padrão único de alunos. A originalidade de cada cultura reside na maneira particular como os grupos sociais resolvem os seus problemas ao mesmo tempo em que se aproximam de valores que são comuns, a todos os homens, porém o fato de termos valores comuns não nos torna idênticos. Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados.

A dignidade da pessoa humana como princípio absoluto. Trata do valor absoluto da dignidade da pessoa humana na qualidade de princípio fundamental e sua possibilidade de relativização. Por Raquel Santos de Santana. Princípio da Igualdade. Este princípio consagrado pela Constituição federal no seu artigo 5º, inciso I: " Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes."

Os docentes precisam capacitar para poder lidar com as diferenças, com as discriminações sociais no ambiente escolar. Com a diversidade na escola poderemos lutar contra o preconceito em qualquer ambiente.

No ambiente escolar, os alunos têm a oportunidade de conviver com todo o tipo de diferença e os professores devem aproveitar a proximidade para abordar esses temas e incentivar um discurso de tolerância, respeito e empatia.

É importante que os professores e gestores não fechem os olhos para o preconceito e assumam o papel de combate à violência e à intolerância. Também é importante que os docentes fiquem atentos para não reproduzir em sala de aula os preconceitos enraizados na sociedade.

O cotidiano oferece muitas manifestações que permitem o trabalho sobre pluralidade: os fatos das comunidades do entorno escolar, questões típicas da adolescência e juventude, as notícias de jornal, rádio e TV, programas e suplementos destinados a essa faixa etária específica, as festas locais. Além disso a prática de intercâmbio entre escolas, de diferentes regiões do Brasil e de diferentes municípios do mesmo estado, e a consulta a órgãos comunitários e de imprensa inclusive na própria comunidade, são instrumentos pedagógicos privilegiados a serviço da formação de crianças e adolescentes. (Brasil, 1997).

A diversidade deve ser reconhecida e compreendida como determinante na formação de identidade. Portanto, pensar a diferença na escola é fundamental para realizar um trabalho que reconheça a existência de diversos grupos culturais, com manifestações específicas (visões de mundo, representações, etc.), que sejam capazes de perceber influências – sociais, culturais, e étnicas, presentes no cotidiano do/ aluno/ da aluna. (BARREIROS; MORGADO, 2002, p. 93).

O Brasil é país uma mistura cultural, originários de diferentes diversidades. Os docentes têm um grande desafio na sala de aula que é mudar a mentalidade dos alunos, nela eles convivem com crenças e níveis culturais acerca das diversidades. A escolaridade entre os negros e pardos são baixas, contudo cabe a sociedade e a todo o órgão da educação a estabelecer discussões em prol de questões sociais. As escolas tem que mudar não só preconceitos a cor, mas todo e qualquer tipo de preconceito. Para isso é preciso muito esclarecimento e pesquisa.

2- IDENTIFICAR EM DOCUMENTOS OFICIAIS A ACEITAÇÃO DE DIFERENTES CULTURAS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é uma das mais avançadas quanto aos temas do respeito à diferença e do combate à discriminação. O Brasil teve, por outro lado, participação ativa nas reuniões mundiais sobre os direitos humanos e sobre minorias. Aqui não se trata, é claro, de exigir conhecimentos próprios do especialista em Direito, mas de saber como se define basicamente a cidadania.

Não se trata, é claro, de mostrar um Brasil perfeito e irreal, mas as possibilidades que se abrem com trabalho, embates e entendimentos, mediante a colocação em prática de instrumentos jurídicos já disponíveis. (PCNs, p. 130-Pluralidade Cultural)

Este trabalho pesquisa fontes em documentos oficiais e sobre as diferenças em sala de aula e a relação entre escola, aluno e professor no que discerne as diferenças. O primeiro procedimento sobre minha pesquisa foi decidir quais documentos, livros revista ou jornais contribuiria explicitamente para o assunto em questão.

A fonte escolhida foram os PCNs, Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consistem em documentos elaborados pelo Ministério da Educação Brasileiro com intuito de orientar o trabalho das escolas e dos professores do ensino fundamental (séries iniciais e finais) e do ensino médio, a escrita dos documentos pode fornecer textos e conteúdos condizentes à incorporação de valores, postura social adequada para requerer mudanças nos diversos discursos, raciocínios, lógicas, gestos e posturas, modo de tratar as diferenças. Outro documento que veio de encontro à proposta dos PCNs para Minas Gerais foi o CBC, foi fundamental para sugestões didáticas para os professores na organização do trabalho docente. Ele é para estabelecer os conhecimentos, as habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos na educação básica, bem como as metas a serem alcançadas pelo professor a cada ano, é uma condição indispensável para o sucesso de todo sistema escolar que pretenda oferecer serviços educacionais de qualidade à população. A definição dos conteúdos básicos comuns (CBC) para os anos finais do ensino

fundamental e para o ensino médio constitui um passo importante no sentido de tornar a rede estadual de ensino de Minas num sistema de alto desempenho. (CBC- História-Ensino Fund. e. Médio, p.9)

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo MEC, orientam os currículos CBC-MG (PROPOSTA CURRICULAR) em geral, e o de História, em particular, para construção de uma nova concepção de cidadania. Este documento propõe rupturas com uma história centrada na formação de um determinado tipo de representação de nacionalidade, assim como numa história centrada na cultura branca européia. A diversidade cultural e sua importância para o avanço da cidadania no Brasil se constituem na ideia central para a formação das identidades das novas gerações e das finalidades do ensino da História. Esta perspectiva sintoniza-se com o que tem animado as atuais produções historiográficas e as muitas das inovações no ensino de História, no Brasil e no mundo ocidental”. (CBC-hist. p.12)Ensino superior

O Censo 2010 mostra que os brancos também dominam o ensino superior no país: considerando a faixa etária entre 15 e 24 anos, 31,1% da população branca frequentava a universidade. Em relação aos pardos e pretos, os índices são de 13,4% e 12,8%, respectivamente. (31,1% de Branco-Ensino Superior - 13,4% de Pardos – Ensino Superior - 12,8% de Negros – Ensino Superior).

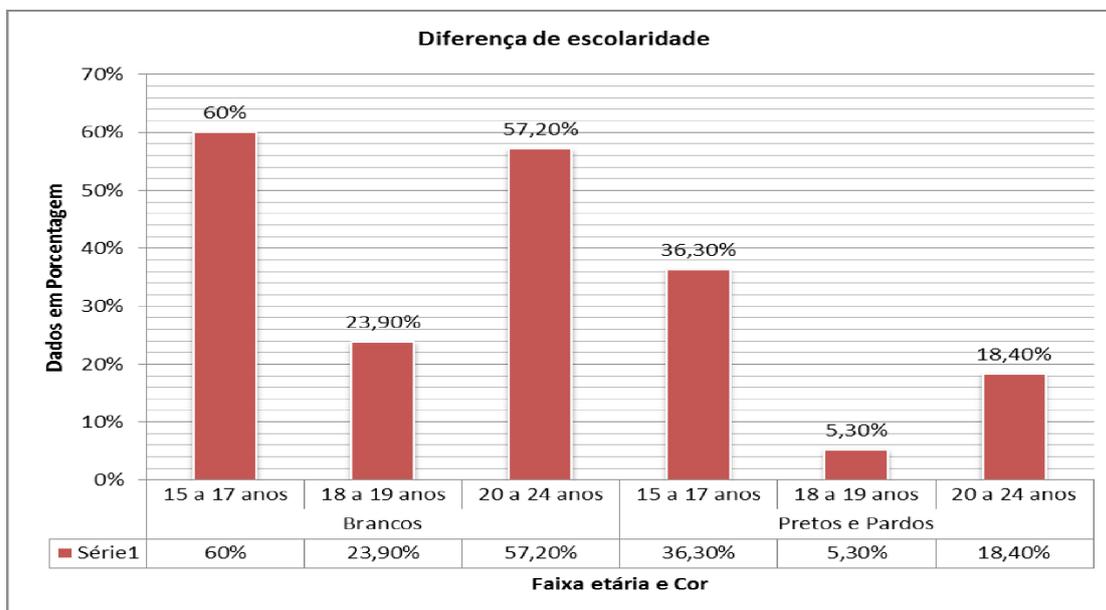
A pesquisa ainda observou diferenças relevantes na taxa de analfabetismo entre as categorias de cor e raça. Enquanto para o total da população a taxa de analfabetismo é de 9,6%, entre os brancos esse índice cai para 5,9%. Já entre pardos e pretos a taxa sobe para 13% e 14,4%, respectivamente.

(Débora Melo do UOL, em São Paulo

29/06/2012)10h00.

2.1- PROMOVER A IGUALDADE

A escola precisa ter consciência da diversidade e observar os direitos de seus alunos. Se não tem consciência das diferenças faz com que perdem a discriminação



Embora a negação de reconhecer a complexidade de inclusão de Negros e Pardos, essa tabela vem afirmar que em nosso país as diferenças são reais. A formação social é complexa. Cabe aos educadores e educadoras o compromisso de fazer acontecer na autonomia pedagógica, no crescimento dos alunos e na liberdade educativa na situação dentro da sala de aula. Assim haverá menos racismos e discriminação a várias situações em sala de aula, contudo menos evasão escolar, menos constrangimentos e conflitos.

Os dados encontrados mostram que caminhos foram mudados para novas situações no discurso cultural. Assim sendo há um leve avanço na parte da autonomia do professor. Mas na totalidade há ainda muito por fazer.

Não há uma nova hipótese a partir dessa pesquisa, pois o problema étnico cultural da sociedade tem perdurado em nossa história apesar de todos dizerem não a sua identidade pelos sistemas educacionais.

TABELA 2
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS
SEGUNDO A RAÇA/COR
BRASIL, 2003

Níveis de escolaridade	Raça/Cor		Total
	Branços	Não-branços	
Não concluiu o EF	23%	44%	34%
Concluiu EF	25%	27%	26%
Concluiu o EM	31%	23%	27%
Acesso ao ES	21%	5%	13%
Total	11.665.295	11.267.262	22.932.557

Fonte: PNAD 2003.

Os dados, obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre 2002 e 2012, revelam ainda outras situações de desigualdade no campo do trabalho e da educação.

A proporção de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior passou de 9,8% para 15,1% em dez anos. Mas, enquanto 66,6% do total de estudantes brancos nessa faixa etária frequentavam o ensino superior, só 37,4% dos estudantes pretos ou pardos cursavam o mesmo nível.

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2002 a 2012, passando de 6,1 para 7,6 anos de estudo completos, sendo que 40,1% das pessoas dessa faixa etária alcançaram 11 anos de estudo ou mais. O aumento da escolaridade foi mais intenso para os 20% “mais pobres”, cujo crescimento foi de 58%, enquanto os 20% “mais ricos” apresentaram uma elevação de 10% na média de anos de estudo entre 2002 e 2012.

Observe na escola em que você atua as configurações arquitetônicas, as disposições dos corpos, as localizações dos sujeitos, os rituais, a relação família-escola, a vinculação comunitária da escola, os saberes e conhecimentos eleitos em cada período, os agrupamentos, os jogos de poder, os silêncios. (CBC-Módulos Didáticos- Temáticas Especiais – Relações Étnico-Raciais)

Em cada um destes elementos há presença de escolhas. A escola, enfim, é uma instituição construída e movida por pessoas reais, que decidem, elegem, selecionam e priorizam aspectos constitutivos da vida escolar. (CBC-Módulos Didáticos-Temáticas Especiais - Relações Étnico-Raciais)

Um dos exercícios interessantes de serem feitos na análise de realidades – neste nosso caso, das realidades escolares – consiste em vê-las com “olhar desnudo”. As realidades escolares nos são muito familiares. Desde cedo estamos imersos na vida escolar, quando, como alunos, aprendemos seus rituais, seus códigos e suas regras. Quase tudo nos parece familiar conhecido. E, exatamente pela proximidade e pela familiaridade, temos muita dificuldade em olhar a realidade escolar tornando-a nua, vendo nela aspectos que ficam despercebidos ou que, então, estão, por nós, naturalizados. Em outras palavras, a proximidade pode nos causar um tipo de impedimento de ver, porque tornamos naturais algumas e várias escolhas que são culturais. Este é um convite, portanto, ao exercício do “Olhar distanciado”, de que nos falam os antropólogos. Olhemos para a escola investigando-a como instituição culturalmente construída, movida por escolhas e arbítrios. (CBC-Módulos Didáticos- Temáticas Especiais - Relações Étnico-Raciais)

3- CONCLUSÃO

O papel da escola não é protagonizar apenas um ato de leitura e de escrita. Dialogar também sobre a diversidade significa assumir um protagonismo para promover o entendimento à sociedade sobre as diferenças culturais, sociais e políticas. A escola é um espaço democrático onde a todos devem respeitar e entender a natureza da diversidade que compõe a sociedade. Há séculos a sociedade vem de um passado de emudecimento em relação à diversidade no Brasil.

Nesse sentido, por exemplo, os PCN (1998) preocupam-se em estabelecer temas transversais para que, na prática, a escola, conforme seu contexto possa incluir nos seus currículos a diversidade. Esse tema, no currículo e na prática escolar, deve ter em vista a formação de alunos como cidadãos para decidir e se posicionar diante das decisões que precisam tomar para, assim, intervir na sociedade.

Essa discussão mostra que mudanças são necessárias: o papel do professor, do supervisor, da família e da sociedade também no sentido de que é preciso contribuir sobre para um maior entendimento sobre diversidade na escola e, por conseguinte, na sociedade. A escola não pode mudar a sociedade, mas, na construção de projetos pedagógicos pode direcionar para que a diversidade seja vista com naturalidade e na prática assumem princípios de democracia para promover um ambiente de transformação nas relações educativas e ensinar que a diversidade em sala de aula existe, mas que possa ajudar os alunos a posicionar e superar as diversidades.

Embora teóricos da educação saibam lidar com estas questões sobre a diversidade, com considerável produção de artigos acadêmicos; contudo, há uma distância considerável entre o que é discutido e prática diária em sala de aula. Nesse sentido, do ponto de vista da abordagem na escola, não há orientações de como lidar com preconceitos e a discriminação.

Logo, todos os professores têm a sua frente o grande desafio de buscar respostas ao como debater a diversidade em sala de aula. Essa é uma questão prática que precisa ser respondida, no cotidiano tentar mostrar que as diferenças não sejam mais diferentes do que dos outros. Portanto, a escola pode, por um lado, possibilitar

a discussão de valores éticos e sociais que ampliam o conhecimento e abordam o processo da diversidade em sala de aula.

A escola precisa ter consciência e respeitar a diversidade cultural. Claro que a escola não ensina tudo e, sobretudo nem é possível. Contudo, pode oferecer condições para que os alunos façam essas articulações e a tenha uma visão ampla da sociedade. Essa dimensão educativa pode propiciar ao aluno o desenvolvimento de convivência e vivencie valores como solidariedade, democracia e permite o aprendizado de respeito ao outro e reconhecer as diferenças. Nesse sentido, o espaço escolar se mostra como o espaço ideal para intervir, sociabilizar e fazer o papel político e democrático na desmistificação das diversas origens dos alunos de forma a compartilhar as diferentes situações no dia-a-dia e discutir a diversidade em sala de aula como um assunto sempre atual.

Diante de fatos, é possível que faça um diagnóstico da realidade e propicie uma reflexão, que aponte caminhos para um convívio educativo para o entendimento das diferenças e superação das diversidades. As diferenças podem ser pensadas como um desafio para tornar natural a essa diversidade, deixando para lá o preconceito de cor, ou qualquer forma de diferenças. É importante que a instituição escola esteja preparada para assumir em trabalho conjunto para toda e qualquer forma de preconceitos.

No mundo atual esse assunto não deve fazer parte da instituição da escola e sim falar abertamente aos alunos sobre os desafios, a diferença seja fatos passados. A competência humana é capaz de intervir e mudar de maneira criativa toda e qualquer situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação.

Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.146p.1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ética: Ensino de primeira à quarta série. I. Título. CDU: 371.214

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, Pluralidade Culturas.
portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética. V08, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2008

FELDMANN, Marina Graziela- Organizadora-Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade-MEC-FNDE-2010

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnico cultural” In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). Diversidade na Educação: Reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE) de Minas Gerais- Proposta Curricular de Minas Gerais: Módulos Didáticos- Temáticas Especiais – Relações Étnico Raciais- CBC (MINAS GERAIS, 2005). Texto extraídos do site www.educacao.mg.gov.br